

A INCLUSÃO DO PAEE NOS INSTITUTOS FEDERAIS: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS DO PONTO DE VISTA DISCENTE.

Martha Larissa Alexandre dos Santos¹
Renata Costa Pereira²
Kadydja Karla Nascimento Chagas³

RESUMO

No contexto da educação formal, a perspectiva inclusiva tem sido cada vez mais introduzida no Brasil, especialmente a partir do início dos anos 2000. Os Institutos Federais (IF), são parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e assumem o compromisso com a inclusão social, conforme estabelecido pela Lei 11.892/2008, que propõe a geração e adaptação de soluções de acordo com as demandas sociais e regionais. Em relação ao público-alvo da Educação Especial (PAEE), no IF, é acompanhado pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). Considerando esse contexto, o estudo tem como objetivo analisar a percepção discente em aspectos como a acessibilidade física, digital, o apoio pedagógico e a avaliação da inclusão dentro do IFRN. O estudo está apoiado em normativos que permeiam a temática como o Projeto Político Pedagógico do IFRN (2012) e a Portaria n. 1533/2012 que deu origem aos NAPNE nos *campi* do Rio Grande do Norte. Também são considerados estudos de autores como Moraes (2019), Alencar (2017) e Ferreira (2020). A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa e exploratória, conduzida por meio de entrevistas em grupo com alunos do Campus Natal-Central. A técnica de análise dos dados foi baseada nos Núcleos de Significação, conforme Aguiar; Ozella (2006). Os resultados revelam que, embora o IFRN tenha adotado políticas inclusivas, ainda há desafios significativos relacionados à falta de acessibilidade, ao despreparo docente para lidar com alunos com necessidades específicas, e à limitada divulgação das políticas internas de inclusão.

Palavras-chave: Inclusão, NAPNE, IFRN, Educação Especial, Público-Alvo.

INTRODUÇÃO

A inclusão é tema central de vários estudos acadêmicos e legislações nos últimos anos. Assim, esse movimento de inclusão social, tem seus desdobramentos na área da educação. A educação inclusiva é um conceito que vem sendo discutido desde o início do século XXI e teve seu impulsionamento na Conferência Mundial de Educação Para Todos em Jomtien na Tailândia (1990).

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN, martha.larissa@escolar.ifrn.edu.br

² Mestranda Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN, renatac.pereira@outlook.com

³ Professora orientadora: Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, kadydja.chagas@ifrn.edu.br

A partir de então, foi sendo desenvolvido esse novo paradigma de oferta de educação, promovido, principalmente por órgãos como o Banco Mundial e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). De acordo com Breitenbach; Honnef; Costas (2020), o Brasil é um país que passa por forte influência dessas organizações internacionais.

Sobre Educação Especial, pode-se afirmar que é uma modalidade de educação brasileira voltada para as pessoas com deficiência (PCD), transtornos globais do desenvolvimento (TGD), altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2013). A ampliação do PAEE é considerada recente. Durante um longo período, essa modalidade era constituída apenas pelas PCD.

Posto isso, destaca-se nesse estudo o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). O mencionado é considerado uma autarquia multicampeã que oferta a educação básica, cursos técnicos de nível médio e cursos de graduação e pós-graduação *lato e stricto sensu*. O currículo dos IF é organizado em quatro eixos, que são: cultura, trabalho, ciência e tecnologia.

O IFRN propõe em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), uma educação humanista de formação integral e que busca cumprir com sua função social de ofertar Educação Profissional e Tecnológica de qualidade articuladas nesses quatro eixos que compreendem uma perspectiva de igualdade e de justiça social.

Já o Núcleo de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), foi institucionalizado em 2012. Posteriormente, o NAPNE passou a atuar em todo *campus* do IFRN. Ao todo, até a elaboração do presente estudo, são 22 unidades em funcionamento vinculadas à Diretoria Geral de cada *campus*.

De acordo com o IFRN (2024) o público-alvo do NAPNE são: “Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades; e pessoas com transtornos funcionais específicos - pessoas com dislalia, discalculia, dislexia e disgrafia”.

Destarte, é objetivo deste artigo analisar a percepção discente em aspectos como a acessibilidade física, digital, o apoio pedagógico e a avaliação da inclusão dentro do IFRN a partir dos seguintes questionamentos: Qual o sentimento em relação à inclusão no IFRN? Você percebe desafios relacionados à acessibilidade (física e digital)? Como é o apoio pedagógico oferecido? É de conhecimento as políticas de inclusão, tanto internas quanto externas ao IFRN?

Dessa forma, o estudo caracteriza-se como qualitativo e exploratório, pois é conduzido a partir da fala dos sujeitos de pesquisa. Para isso, foram realizadas entrevistas com alunos que possuem matrícula ativa nos cursos oferecidos pelo IFRN, *Campus Natal - Central*. Para análise do material, foi utilizada a técnica de análise de dados denominada Núcleos de Significação (Aguar; Ozella, 2006) para compreensão subjetiva dos relatos dentro do *locus* do estudo.

METODOLOGIA

O presente estudo é predominantemente qualitativo. Tendo em vista que a abordagem qualitativa visa evitar distorções implicadas em métodos quantitativos que acabam por desconsiderar especificidades (Zanette, 2016). Dessa forma entende-se os benefícios da pesquisa qualitativa na área da educação e a congruência com os objetivos propostos na pesquisa.

O uso do método qualitativo gerou diversas contribuições ao avanço do saber na dinâmica do processo educacional e na sua estrutura como um todo: configura a compreensão da aprendizagem, das internas e externas nas instâncias institucionais, da compreensão histórico-cultural das exigências de uma educação mais digna para todos e da compreensão da importância da instituição escolar no processo de humanização (Zanette, 2016, p. 11).

Entre os entrevistados, incluem no estudo aqueles alunos que possuem: matrícula no ensino médio integrado; nas licenciaturas e nas que tenham atingido a maioria. Desses alunos, foram entrevistados apenas uma amostra de cada segmento. No total, foram **ouvidos dois discentes do ensino superior e um do ensino médio integrado**. O instrumento utilizado para coleta de dados foram as entrevistas em grupo realizadas por meio da técnica de grupo focal. A intenção é promover um espaço de discussão entre discentes para reflexão coletiva das experiências vividas por eles no IFRN.

Os GF são grupos de discussão que dialogam sobre um tema em particular, ao receberem estímulos apropriados para o debate. Essa técnica distingue-se por suas características próprias, principalmente pelo processo de interação grupal, que é uma resultante da procura de dados.⁴ Em uma vivência de aproximação, permite que o processo de interação grupal se desenvolva, favorecendo trocas, descobertas e participações comprometidas. Também proporciona descontração para os participantes responderem as questões em grupo, em vez de individualmente.²⁻³ Essa técnica facilita a formação de ideias novas e originais. Gera possibilidades contextualizadas pelo próprio grupo de estudo.² Oportuniza a interpretação de crenças, valores, conceitos, conflitos, confrontos e pontos de vista. E ainda possibilita entender o

estreitamento em relação ao tema, no cotidiano (Ressel; Beck; Gualda; Hoffmann; Silva; Sehnem, 2008, p. 2)

Por se tratar de um estudo com seres humanos, um projeto de pesquisa referente ao artigo foi submetido ao comitê de ética do IFRN e aprovado na data de 18 de agosto de 2024. Todos os participantes do grupo focal assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Esse termo garante que o participante seja informado das etapas de pesquisa antes da decisão de participar.

Dessa forma, o primeiro contato foi feito por intermédio da gestão do NAPNE. Mediante a isso, foi enviado um e-mail contendo a explicação e o documento para leitura e assinatura. Além disso, foi proposto aos participantes de pesquisa marcar nova conversa para tirar as dúvidas, garantindo que todos tenham pleno entendimento das informações antes de se comprometerem com a pesquisa.

Posto isso, o grupo se encontrou nas instalações do NAPNE no *campus* Natal-Central durante o mês de outubro de 2024. Baseando-se no objetivo geral do artigo, foram elencados os seguintes questionamentos para debate: Qual o sentimento em relação à inclusão no IFRN? Você percebe desafios relacionados à acessibilidade (física e digital)? Como é o apoio pedagógico oferecido? É de conhecimento as políticas de inclusão, tanto internas quanto externas ao IFRN?

As respostas foram diversas e após a coleta de dados, a técnica utilizada para análise denomina-se Núcleos de Significação. Esse procedimento metodológico é desenvolvido e apresentado em estudos de Aguiar; Ozella (2006). Esse método busca a compreensão de sentidos subjetivos e significados de experiências dos participantes. É fundamentado na psicologia sócio-histórica de Vygotsky (2001). Com essa abordagem, busca-se ir além da descrição dos discursos para, então, assim apreender os sentidos.

A análise se inicia por um processo intra núcleo, avançando para uma articulação internúcleos. Em geral, esse procedimento explicita semelhanças e/ou contradições que vão novamente revelar o movimento do sujeito. Tais contradições não necessariamente estão manifestas na aparência do discurso, sendo apreendidas a partir da análise do pesquisador. Do mesmo modo, o processo de análise não deve ser restrito à fala do informante, ela deve ser articulada (e aqui se amplia o processo interpretativo do investigador) com o contexto social, político, econômico, em síntese, histórico, que permite acesso à compreensão do sujeito na sua totalidade (Aguiar; Ozella, 2006, p. 10).

Posto isso, os autores Aguiar; Ozella (2006) sequenciam o processo de análise de dados em três momentos, sendo eles: levantamento de pré-indicadores; sistematização de

indicadores e construção de núcleos de significação. Considerando esse procedimento de análise, na etapa de pré-indicadores, busca-se identificar frases, palavras e expressões na fala dos participantes que indiquem formas de pensar e agir diante de tal fato ou situação.

Desse modo, foram elencados como pré-indicadores do estudo os seguintes tópicos: dificuldade de acessibilidade, falta de preparo dos professores e conhecimento limitado de políticas de inclusão. A segunda etapa consiste-se em sistematizar os indicadores, ou seja, articular os pré-indicadores na temática principal da pesquisa: a inclusão.

Com isso, foram identificados como indicadores de significações os seguintes termos: barreiras de acesso, falta de sensibilidade dos professores e desconhecimento de políticas de inclusão. Destarte, pode-se afirmar que as seguintes expressões na fala dos sujeitos de pesquisa: “a gente vai pegar o elevador e chega lá, o elevador não está quebrado, não funciona”, “os professores não tiveram preparo” e “o conhecimento das políticas foi feito por conta própria” são consideradas Núcleos de Significação, ou seja, representam as unidades centrais de sentido.

REFERENCIAL TEÓRICO

A criação dos IF faz parte de um processo de expansão e interiorização da EPT que observa características sociais, geográficas e de desenvolvimento dos municípios contemplados. De acordo com os autores Faveri, Petterini; Barbosa (2018) essa foi uma medida realizada para minimizar as consequências do Decreto n. 2.208 de 17 de abril de 1997.

O referido, foi responsável pela desarticulação entre a educação básica e a EPT. Essa desarticulação durou um pouco mais de sete anos. Entre os resultados estavam a fragilidade de profissionais no mundo de trabalho e o descrédito da sociedade na educação profissional técnica de nível médio (Nascimento; Cavalcanti; Ostermann, 2020).

Dessa forma, configurou-se como ação urgente e necessária a ampliação da oferta de vagas no setor público, com a garantia da qualidade de uma educação unitária, destinada à superação da dualidade entre cultura geral e técnica (Nascimento; Cavalcanti; Ostermann, 2020).

Considerando os expostos, pode-se dizer que os IF corroboram a inclusão em seu sentido mais amplo. Ou seja, estão de acordo com o conceito de inclusão social de

parcelas da sociedade minorizadas pelo sistema capitalista. Assim, os IF promovem uma educação integral e verticalizada a alunos com realidades socioeconômicas diversas.

No que diz respeito especificamente ao IFRN, a instituição conta com políticas internas descritas no PPP. O texto do documento destaca que todas as políticas devem seguir o princípio de indissociação entre: pesquisa, ensino e extensão. Com isso, evidencia-se nesse estudo a política interna de educação inclusiva, na qual afirma que o reconhecimento da diversidade é uma condição essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

A educação inclusiva emerge como um movimento de transformação, fundamentado no princípio de que a educação é um direito universal e deve ser acessível a todos. Já sobre o PAEE, é apresentado no documento a importância de articular ações, programas e projetos para concretização da educação desse público enquanto um direito constitucional (IFRN, 2013).

Antes da existência do NAPNE, a organização e coordenação da Educação Especial no IFRN ficava a cargo do Núcleo de Inclusão criado pela Portaria n. 285/2005 DG/CEFET-RN. A finalidade da criação foi o direcionamento de ações propostas pelo Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (TEC NEP).

Todo o Núcleo de Inclusão foi redirecionado e incorporado ao NAPNE, cujo foi institucionalizado pela Portaria n. 1533 de 21 de maio de 2012. Anterior a isso, os estudos de Lima; Neta (2018) destacam as ações inclusivas realizadas pela instituição na década de 2000.

Embora sem o registro oficial por meio de Portarias Institucionais, a organização de eventos, cursos de formação continuada bem como ações tendo em vista a acessibilidade educacional, podem ser apontados como exemplos do compromisso com a educação inclusiva, destacando-se neste contexto, a atuação do Núcleo de Inclusão (Lima, Neta, 2018, p. 12).

Essa falta de registro é alvo de críticas pelos autores. Algo que leva a reflexão sobre a responsabilidade coletiva na construção de uma educação inclusiva para todos. Já que segundo Lima; Neta (2018), as ações do CEFET-RN estavam condicionadas ao programa TEC NEP pelo fato de ser uma exigência nacional.

Autores como Alencar (2017), Lima (2018), Moraes (2019) e Ferreira (2020) realizaram pesquisas significativas, no que diz respeito à inclusão no IFRN e ao trabalho desenvolvido pelo NAPNE. As pesquisas são fruto do trabalho de conclusão do curso de

mestrado acadêmico em Educação Profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP).

Sobre a atuação do NAPNE no IFRN, Alencar (2017) realizou uma análise no período de 2010 a 2015. Segundo a autora, apesar do IF ter sua política interna de inclusão, até então o núcleo não era reconhecido e valorizado como um espaço necessário dentro da instituição.

A autora ainda aponta outras fragilidades constatadas no período do seu estudo. A exemplo, até o ano de 2015 o IFRN ainda não contava com um Núcleo de tecnologia Assistiva. Esses núcleos em questão faziam parte das metas estabelecidas pelo Plano Viver Sem Limites/Pronatec (2013). Contudo, a autora aponta que “A existência de ações inclusivas no ensino, na extensão e na pesquisa do IFRN demonstra o potencial dessa instituição” (Alencar, 2017, p. 130).

Já a pesquisa de Lima (2018) limita sua investigação ao processo de inclusão de alunos com deficiência visual no IFRN. Sobre o NAPNE a autora destaca que a partir do ano de 2017 houveram restrições orçamentárias que limitaram as ações do núcleo. A exemplo: participação em eventos, formação e reuniões presenciais.

Morais (2019) aborda a formação docente para atuar com PCD. Em sua pesquisa, a autora ouviu 196 professores do IFRN. Desse total, 82,1% não teve formação inicial para atuação com esse público. Além disso, é evidenciado no estudo que 66,8% não reconhece a existência de Tecnologias Assistivas no IFRN.

Entretanto, na mesma pesquisa, identificou-se a criação de 21 tipos de recursos disponíveis na instituição. O que leva a acreditar na existência de uma lacuna significativa entre a disponibilidade dos recursos e a formação docente voltada para a educação inclusiva. Sobre isso, Moraes (2019) sugere a implementação de uma política voltada para a formação docente.

Sobre o NAPNE, a autora conclui que a sua criação abriu a possibilidade para o início de ações sistêmicas em todos os *campi*. Essas ações foram apresentadas na pesquisa e compreendem o período de 2008 a 2017. Dentre elas é destaque o I Seminário de Educação Inclusiva (2013) e o I Seminário em Direitos Humanos do IFRN (2017).

A pesquisa de Ferreira (2020) mostra uma maior ênfase na inclusão de estudantes surdos no IFRN. Sobre essa inclusão, o autor evidencia o trabalho realizado pelo NAPNE. Nesse caso, especificamente, os intérpretes de LIBRAS. Ao analisar os expostos pelos sujeitos de pesquisa, o autor destaca que “todos são unânimes com relação ao profissionalismo da equipe”.

Posto isso, vê-se o compromisso do IFRN na construção de um modelo de educação pública inclusiva com diferentes grupos em seus normativos. No que diz respeito ao PAEE é possível identificar a existência de alguns aspectos limitadores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das falas discente revelou três principais dificuldades no processo de inclusão no IFRN: acessibilidade, preparo dos professores e conhecimento sobre as políticas de inclusão. Um dos maiores desafios relatados foi a acessibilidade, tanto física quanto digital. Problemas como o elevador quebrado e a dificuldade no uso de ferramentas digitais específicas foram destacados, evidenciando barreiras estruturais que dificultam a inclusão de alunos com deficiência.

A expressão: "A gente vai pegar o elevador e chega lá, o elevador não está quebrado, não funciona" é considerada um Núcleo de Significação pois reflete a frustração dos estudantes diante de uma infraestrutura que, apesar de existir, não funciona de forma adequada, prejudicando a plena acessibilidade.

Outro indicador de significação é a falta de preparo e sensibilidade dos professores. Pode-se inferir que a expressão "os professores não tiveram preparo", refere-se à ausência de adaptações pedagógicas dos docentes em relação às necessidades dos alunos. Todos os entrevistados concordam que tal fato corrobora a qualidade da inclusão e compromete a aprendizagem.

O último aspecto citado que carrega significação é o conhecimento limitado sobre as políticas de inclusão internas e externas. O referido é destacado em expressões como "o conhecimento das políticas foi feito por conta própria", sugerindo que a comunicação institucional sobre medidas de inclusão é escassa.

Posto isso, compreende-se que não basta a existência de uma política inclusiva somente através de normativos, é preciso que o texto se materialize em ações concretas e articuladas para essa área com ampla divulgação. Destarte, considerando as pesquisas e os documentos que foram utilizados como base para o estudo. Compreende-se que apesar do compromisso institucional com a inclusão e com a diversidade, há algumas dificuldades presentes na instituição, tais como: formação docente e ampla divulgação sobre o trabalho do NAPNE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito ao IFRN, foi identificado a existência de políticas para garantir o acesso, permanência e a inclusão. Destarte, esses aspectos integrados fortalecem a educação inclusiva para diferentes grupos. Contudo, a pesquisa revelou desafios na materialização da inclusão do PAEE no IFRN.

Dentre eles, destaca-se os seguintes aspectos: a acessibilidade física e digital, o preparo docente para atender às necessidades específicas dos alunos e o conhecimento limitado sobre as políticas de inclusão. Destarte, embora a instituição tenha demonstrado esforços em promover a inclusão por meio de políticas e normativas externas e internas, os resultados evidenciam que a prática ainda enfrenta obstáculos que comprometem as ações inclusivas.

Os relatos dos discentes apontam que a infraestrutura disponível nem sempre está em funcionamento. Além disso, a acessibilidade digital se mostrou insuficiente, especialmente nas adaptações de ferramentas tecnológicas. Outro ponto levantado foi a falta de preparo dos professores para lidar com as demandas inclusivas. Talvez pela ausência de formações específicas para que os docentes possam adaptar suas práticas pedagógicas.

Porém, essa falta de formação continuada reflete diretamente na experiência dos alunos, gerando frustrações e dificuldades no processo de aprendizagem. Conclui-se que a análise indicou que o desconhecimento sobre as políticas de inclusão por parte dos discentes é mais uma barreira. Posto isso compreende-se que, para consolidar a educação inclusiva no IFRN, é fundamental garantir condições de acessibilidade física e pedagógica, essa última pode ser contemplada por meio de formação continuada para os professores.

É fundamental frisar que a intensificação da comunicação sobre as políticas de inclusão é necessária para garantir que todos os alunos tenham oportunidades equitativas de acesso e permanência no ambiente educacional. Estudos futuros podem ampliar essa análise, incluindo outros *campus* do IFRN ao explorar a percepção de diferentes públicos sobre a inclusão.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira. OZELLA, Sergio. Núcleos de Significação como Instrumento para a Apreensão da Constituição de Sentidos. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 26, n. 02, 2006.

ALENCAR, Ligyane Karla. **Políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência na educação profissional: ações e possibilidades no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte**, 2017, 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2017

BRASIL, **Decreto n. 2.208**, de 17 de abril de 1997. Regulamenta os artigos 36 e de 39 a 42 da Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece diretrizes e bases para educação nacional. Diário oficial da União. Brasília, DF, 1997.

BREITENBACH, Fabiane Vanessa; HONNEF, Cláucia; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. **Educação inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil**. Ensaio: avaliação e políticas públicas educação. v. 24 n. 91. p. 359-379, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362016000200005>.

FERREIRA, Jean Carlos Dias **A permanência dos estudantes surdos como fatores de inclusão escolar no Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Campus Natal Central, no curso de Informática para internet**, 2020, 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Plano Político Pedagógico-PPP**. Rio Grande do Norte. 01 de agosto de 2013. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico/>. Acesso em: 14 de maio de 2023.

LIMA, Eva Lídia Maniçoba. NETA, Olívia Morais de Medeiros. Implementação de Políticas Públicas Educacionais para a inclusão de Pessoas com Deficiência na Educação Profissional: o CEFET - RN e a Ação TEC NEP. **Research, Society and Development**. v. 7 n. 11, 2018. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/417>

MORAIS, Josanilda Mafra Rocha. **Políticas de formação de professores para a educação profissional das pessoas com deficiência: um estudo exploratório no Instituto Federal do Rio Grande do Norte**. 2019, 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

NASCIMENTO, Matheus Monteiro. CAVALCANTI, Cláudio José de Holanda. OSTERMANN, Fernanda. Dez anos de instituição da Rede Federal de Educação



Profissional, Científica e Tecnológica: o papel social dos institutos federais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos** v. 101, n. 257, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.101i257.4420>.

RESSEL, Lúcia Beatriz; BECK, Carmem Lúcia Colomé; GUALDA, Dulce Maria Rosa; HOFFMANN, Izabel Cristina; SILVA, Rosângela Marion; SEHNEM, Graciela Dutra. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. **Relato de Experiência: Texto & Contexto Enfermagem**, v. 17. Florianópolis, 2008.

ZANNETTE, Marcos Suel Zanette. Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil. **Educar em Revista**, n. 65, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.47454>.